



10 OUT 1985

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director-Responsavel
RUY MESQUITA

Directores

O período de graça que vai terminando

Pela segunda vez consecutiva desde que assumiu a Presidência da República, o presidente José Sarney experimenta um revés naquilo que parece ser a principal preocupação dos habitantes do Palácio do Planalto: o índice de popularidade do chefe do governo, que caiu de 46% em agosto para 44% em setembro (nos dois registros anteriores, havia alcançado 51% das preferências em abril e 57% em junho).

Para os analistas responsáveis pela pesquisa, esta queda está diretamente ligada às oscilações da inflação — depois dos sucessos iniciais, ela voltou a subir assustadoramente em agosto (14%) e manteve-se ainda muito elevada (9,1%) em setembro. Não há dúvida de que o desempenho econômico do governo, cujo reflexo mais sentido pela população é o aumento geral de preços, tem influência no grau de popularidade do presidente e de seus auxiliares. Não é só a gangorra da inflação, no entanto, que pesa sobre o julgamento que a população faz das autoridades que dirigem o País.

No caso do presidente José Sarney, cabe registrar, inicialmente, que ele já está perdendo — se é que já não perdeu totalmente — aquele período de graça que qualquer país concede a seus novos dirigentes, quando a esperança renovada faz com que as vacilações e as pequenas falhas sejam relevadas e os feitos positivos supervalorizados. E quando a indulgência é quase plena.

O presidente José Sarney usufruiu este período e gastou o capital de adesão popular que havia herdado do movimento pelas diretas-já e da campanha para eleger Tancredo Neves, sem justificar as expectativas criadas perante a Nação pelo advento da Nova República. Alterações significativas foram introduzidas no campo político-institucional e no comportamento das autoridades, isso é inegável. Mas a principal esperança da população brasileira — a de que este governo seria totalmente diferente da desastrosa administração Figueiredo no trato dos problemas econômicos que infernizam a vida dos cidadãos e das empresas — frustrou-se logo.

Como notou com muita graça o senador Roberto Campos, "o PMDB deve pedir desculpas ao ex-ministro Delfim Neto pelos insultos que lhe assacou e até mesmo pagar-lhe copyright. Pois a retórica e as idéias que expectoram os economistas do PMDB não são originais. São versões menos espirituosas do que dizia o ministro Delfim em agosto/setembro de 1979, quando substituiu o ministro Simonsen".

Não apenas as idéias, em muitos campos, são iguais. Os métodos, também, são muito semelhantes. Enquanto o presidente José Sarney vem a São Paulo e diante de uma platéia de empresários faz mais uma — a vigésima, trigésima, já perdemos a conta — veemente defesa da livre iniciativa, como aconteceu na sexta-feira passada, seus ministros econômicos trabalham no sentido de não só manter mas, se possível, aumentar o poder econômico e empresarial do Estado em detrimento das empresas privadas.

laridade do presidente José Sarney. Pela incapacidade que ele tem demonstrado de controlar a força do Estado-empresário, do Estado regulamentador, deixando a sociedade brasileira buscar livremente suas opções e construir o seu próprio destino. É a incapacidade do presidente José Sarney de compatibilizar o que diz em seus discursos com o que faz o seu governo que está minando a sua popularidade.

Consideramos essas preocupações excessivas do governo com seus índices de aceitação perante a opinião pública uma perigosa tendência populista. Entendemos, no entanto, que os governantes queiram ter o reconhecimento de seus governados pela obra que realizarem, desde que isso não seja uma obsessão. Mas não será com discursos retóricos e vazios e com festas para as criancinhas que o presidente José Sarney irá conquistar o coração dos brasileiros.

Terimo-nos a dois pontos que estão na ordem dos debates, conduzidos pelo ministro Furlan e pelo ministro Sayad, e encontram guarida nos gabinetes: 1º) um novo aumento de impostos a partir de 1986, que irá retirar dinheiro das empresas e dos cidadãos para cobrir os gastos astronômicos e inúteis da administração direta e indireta; 2º) os planos do governo brasileiro, no bojo da proposta do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, de conseguir novos empréstimos no Exterior para sair de uma recessão que já não existe. (Prevê-se para este ano um crescimento de 8% do PIB.)

Na realidade, o que as autoridades federais pretendem com o dinheiro novo que pleiteiam é adiar, mais uma vez, o mais que necessário ajuste do perdurante setor público, único responsável pela calamitosa inflação que ameaça levar-nos de volta à recessão. Com o dinheiro arrancado dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas os planos de austeridade serão postergados ou visivelmente reduzidos. O emagrecimento do setor estatal, os cortes nas despesas de custeio, as privatizações ficarão para o futuro. O Estado ficará do mesmo tamanho — ou crescerá —, enquanto o setor privado, com menos recursos, encolherá ainda mais. Isso é inevitável.

Os dólares novos que o governo norte-americano, realmente assustado com a perigosa situação econômica e social dos países endividados, pretende que os bancos credores repassem a essas nações servirão unicamente para manter o quadro atual. Com essas novas fontes de recursos disponíveis, naturalmente arrefecerá o ânimo das autoridades de promover — principalmente dentro do governo — a formação de uma poupança interna capaz de financiar o desenvolvimento do País sem aumentar a dívida externa nem sacrificar o setor privado.

É só uma questão de tempo: se o governo conseguir burlar a vigilância dos cidadãos e das empresas e impuser mais um aumento de impostos; se novos dólares forem entregues às nossas autoridades econômicas sem uma perfeita fiscalização de sua aplicação, os índices de estatização da economia brasileira voltarão a crescer brutalmente.

"O governo vai bem enquanto o povo vai mal" — verificava o general Médici durante seu período de governo. A observação desta realidade, em que o grande beneficiado não foi o povo, mas o governo e as autoridades que usufruíam do poder na época, levou os brasileiros a cultivarem uma prudente desconfiança de tudo que vem do governo. Os brasileiros sabem, perfeitamente, pela experiência dos últimos anos, que o crescimento do poder estatal — tanto como empresário quanto como simples regulador das atividades sócio-econômicas — quase nunca reverte em favor da população. Ganha apenas uma pequena maioria de burocratas e amigos dos poderosos da ocasião.

De quando em vez o governo atual parece acordar e tenta corrigir certas distorções na máquina estatal. Mas as medidas anunciadas aparecem apenas como gestos publicitários, pois não são significativas nem têm continuidade. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que o Palácio do Planalto anuncia a proibição de instalação de novos escritórios de empresas públicas no Exterior e corta mordomias de funcionários que trabalham no estrangeiro, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás e o Banco do Brasil são autorizados a gastar 133 bilhões de cruzeiros patrocinando a transmissão dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo do México. Para que essas empresas precisem fazer propaganda se, na verdade, elas têm o monopólio de várias atividades em suas áreas?

É por esse caminho que se está esvaindo a popu-